

**LASTREANDO SONHOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATOS DE PRÁTICAS DOS
NAPNES DO IFG**

Ana Beatriz Machado de Freitas

ana.freitas@ifg.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

Antonio Francisco Jacaúna Neto

antonio.jacauna@ifg.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

Gláucia Mendes da Silva

glaucia.silva@ifg.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

Marcella Suarez Di Santo

msdisanto@gmail.com

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

EIXO TEMÁTICO: Políticas Educacionais, Inclusão, Acessibilidade e Interface

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da escrita coletiva de um livro, como registro histórico de ações de educação especial inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, mediadas pelos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - Napnes. A idealização do livro foi proposta durante encontros de um grupo de estudos promovido como capacitação e formação continuada aos servidores, principalmente aos que atuavam nos Napnes. Na obra estão registradas ações dos Núcleos e também relatos de experiências e de pesquisas que enfocam a concepção inclusiva. A coletânea expressa a diversidade institucional, bem como de contextos e formações, haja vista que servidores efetivos (professores e técnicos administrativos), estudantes e estagiários de diferentes câmpus figuram como autores e abordam recortes distintos de observação, pesquisa e intervenções. Em comum, o esforço e o compromisso contínuo de assegurar caminhos, práticas e discussões que favoreçam a efetividade da inclusão educacional, e sempre no e por meio do coletivo. O processo de publicação transcorreu por mais um ano e se materializou em 2025 por meio de um *e-book* pela editora do próprio IFG.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação inclusiva. Formação docente. Metodologias Ativas. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a história da produção do livro **Educação Especial Inclusiva Mediada no IFG: Lastros de um sonho possível**, que reuniu pesquisas referentes à educação especial na perspectiva inclusiva no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

(IFG) e atuações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes), do referido Instituto.

A obra em questão decorreu de uma história que se inicia com a implementação dos Napnes no IFG, em 2018, e que se fortalece à medida que há engajamento de servidores e conhecimento/formação acerca das políticas públicas de educação inclusiva, fundamentos pedagógicos dessa perspectiva de educação, bem como das especificidades do público da educação especial e de outras condições que requerem atenção pedagógica diferenciada.

Importa ressaltar que o alinhamento do IFG com a visão inclusiva advém de seu compromisso de instituição educacional pública orientada por princípios de democracia e não-discriminação. E, para além do âmbito interno, ratifica o compromisso da política do Brasil como um dos países signatários da Declaração de Salamanca, de 1994 (Unesco, 1994), documento internacional pelo qual os representantes de Estados comprometeram-se a não permitir que nenhuma criança ou adolescente seja excluído da escolarização realizada em escolas comuns e que haja atendimento às necessidades educacionais especiais (NEE) sem medidas de segregação.

Entre os documentos nacionais decorrentes (Brasil, 2001, 2005, 2007) destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que postula a obrigatoriedade de oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas e a implementação de Núcleos de Acessibilidade em universidades. Para a Rede Federal de Educação Científica Técnica e Tecnológica, o desafio foi criar uma instância semelhante que pudesse abranger todos os públicos atendidos que vão da Educação Básica ao Ensino Superior passando pelas modalidades de educação profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Santos, Villaronga e Mendes (2018) assinalam que os Napnes foram criados a partir da Ação TEC NEP, efetivada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação, no ano 2000; todavia, nem a criação, nem os estatutos, nem a composição dos Napnes ocorreram de forma homogênea nos Institutos Federais - IFs. Até dentro de um mesmo IF, como é o caso do IFG, a implementação dos Napnes não se deu no mesmo ano. Cada um dos quatorze câmpus compôs seu Napne¹, considerando as possibilidades reais de pessoas disponíveis a atuar nesses Núcleos, haja vista que não se tratava de um setor de especialistas na área de Educação Especial, e sim de uma comissão de servidores que fomentaria uma cultura intrainstitucional de educação inclusiva.

¹ Os câmpus são: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Inhumas, Luziânia, Goiânia, Goiânia Oeste, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

As demandas trouxeram a necessidade de aprimoramento técnico. Conhecer as especificidades dos educandos, as necessidades específicas dos aprendizes, as sugestões e alternativas didático-pedagógicas também específicas e, ao mesmo tempo, inclusivas, requeria formação para os servidores envolvidos. Nesse intuito, foi criado o Núcleo de Ações Inclusivas (NAI), em 2018, instância vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (no caso, à Proen do IFG), com o objetivo principal de oferecer suporte pedagógico aos Napnes dos Câmpus.

As ações formativas do NAI, assim como outras iniciadas e continuadas pelos próprios Napnes contribuíram progressivamente para a consolidação dos Núcleos, a formação pedagógica no âmbito da Educação Especial inclusiva e o envolvimento de servidores e estudantes, visto que alguns destes viriam a ser estagiários do Napne. Dadas as conquistas e a pertinência das atuações dos Napnes do IFG, foi proposta, em uma das formações (um grupo de estudo), o registro de parte dos trabalhos desenvolvidos, como importante memória e visibilidade.

A proposição de um livro: um lastro

Os Napnes do IFG começaram a ser instituídos no ano de 2018, mesmo ano de implementação do NAI. A Resolução Consup/IFG nº 01, de 04 de janeiro de 2018, assinala que o papel desses Núcleos é:

promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, além de buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover a inclusão da comunidade acadêmica com necessidades específicas (IFG, 2018).

A execução exitosa exige esforços e intenso trabalho coletivo que não se restringe aos Napnes, uma vez que a inclusão educacional é responsabilidade coletiva, ou seja, das comunidades escolares e de todos os setores institucionais. Além disso, certos desafios transcendem a realidade dos câmpus e do próprio IFG, dadas as restrições orçamentárias que historicamente assolam a educação pública. Sendo assim, materializar a inclusão depende, em muito, de financiamento para aquisição de recursos técnicos e tecnológicos específicos e para contratações (preferencialmente efetivas) de profissionais qualificados na área de Educação Especial e com norteamto teórico-prático na perspectiva inclusiva de educação, e ainda para a formação continuada, quantitativa e qualitativa, a todos os servidores, objetivos persistidos pelo NAI e Napnes e alcançados pouco a pouco.

Ainda assim, foi possível realizar encontros e seminários formativos do NAI e Napnes do IFG, desde 2018, em Goiânia, com presenças de pesquisadores de destaque nacional no campo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Com a pandemia de Covid-19, em 2020, as atividades acadêmicas passaram para o modelo de Educação Remota Emergencial - ERE. Nesse contexto, foram implementadas formações docentes focalizadas em alguns grupos específicos de

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

Napnes, como o projeto de extensão intitulado Encontros Formativos de Educação Inclusiva do IFG do Entorno do Distrito Federal - iniciativa do Câmpus Valparaíso, em parceria com os Napnes de Águas Lindas, Formosa e Luziânia. Foram realizados 14 encontros, de rodas de conversa com 30 participantes a *lives* que chegaram a mais 700 visualizações no YouTube.

As formações direcionadas aos servidores atuantes nos Napnes foram as mais provocadoras de mudanças, no sentido de que elas exercem a mediação pedagógica mais direta junto ao corpo docente com vistas a dirimir barreiras ao ensino-aprendizagem de alunos com NEE, ou seja, dialogam acerca do planejamento de recursos e diversificações didático-pedagógicas para favorecer a inclusão, além de estabelecer, também, diálogo com os estudantes e com seus familiares para melhor conhecer a história do percurso escolar, acompanhamentos já realizados, as necessidades, dificuldades enfrentadas e anseios.

Uma das formações ocorreu por parceria entre o NAI e a Coordenação de Capacitação de Recursos Humanos (vinculada à Pró-Reitoria correspondente - PRODIRH-IFG), que possibilitou a contratação da professora Dra. Anna Maria Padilha, membro de grupos de pesquisa de universidades do país na área da Educação Especial, com aporte na Teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento humano e na Pedagogia histórico-crítica (Padilha, 2001). A docente ministrou um minicurso e mediou um grupo de estudos, voltados prioritariamente a servidores atuantes nos Napnes do IFG, nos anos de 2022 e 2023. Os encontros ocorreram semanalmente de modo virtual.

O impacto da formação foi tamanho que levou ao desdobramento de diferentes ações, como a participação da professora Anna Maria presencialmente no II Seminário Formativo do NAI e Napnes em 2023, realizado na reitoria do IFG, em Goiânia. A partir da escuta dos relatos de experiência dos participantes, a professora incentivou a produção de uma coletânea desses relatos. Iniciou-se, assim, a concretização de um sonho: a elaboração de um livro coletivo.

Os participantes do grupo de estudos e o NAI divulgaram a proposta para os Napnes. Foram recebidos dez textos: uns caracterizavam-se pelo trabalho direto exercido pelos Napnes, ou seja, a mediação dos servidores dos Núcleos para inclusão educacional - com intervenções junto aos estudantes, familiares destes e professores; outros relatos caracterizavam-se como pesquisas ou de atividades acadêmicas, de autoria de servidores atuantes nos Napnes - com referência à efetividade da inclusão educacional, considerando as políticas públicas de Educação Especial na perspectiva inclusiva, sob diversos prismas, tais como: a) a análise do censo de matrículas de parte da região do entorno do Distrito Federal; b) a inclusão de estudantes do ensino superior no IFG Câmpus Luziânia; c) o papel da Psicologia Escolar na inclusão, com exemplo desta atuação.

Outro ponto de destaque é o caráter crítico e realista. Apontam-se os méritos e conquistas dos Napnes, mas chama-se atenção para um trabalho que é, ainda, pontual. A atenção para com as pessoas com necessidades específicas soa como responsabilidade de alguns servidores ou setores, dada à função, e não do coletivo. Tal cenário reflete a dinâmica social, até mesmo quando se fala em inclusão. No documentário Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil (Lanna Júnior, 2010), a jornalista Lia Crespo, cadeirante, observa que os movimentos sociais de pessoas com deficiência não costumam ser referidos como tais, e sim (talvez) incluídos como um “etcétera” na frase, isto é, são nominados os outros movimentos (como o das mulheres e o dos indígenas) e, por

fim, na ausência de lembrança ou para não haver risco de excluir algum explicitamente, conclui-se com um “etcétera”.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

A atuação do coletivo dentro das instituições e a efetividade da implementação das políticas públicas traz diferenciais significativos no alcance da inclusão, desde o interesse por pesquisas e atuação na área até a estrutura de apoio. A presença de relatos de pesquisa na coletânea dos Napnes expressa esse interesse, e os relatos de experiência revelam o quanto a participação de vários setores e atores na instituição é necessária - incluem-se estagiários do Napne, profissionais de apoio a estudantes com deficiência, técnico-administrativos, Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, entre outros.

A coletânea, elaborada por mais de um ano e recentemente publicada no formato e-book (Freitas, Jacaúna Neto e Carvalho, 2025), mostra que ações estão em andamento e que os resultados das intervenções são significativos dentro do período histórico de cada relato e dos objetivos propostos, embora nem sempre tenham um “final feliz” ou resultado notoriamente exitoso quanto a respostas, comportamentos, dados estatísticos e atitudes. Essa realidade expõe desafios e a complexidade da inclusão educacional, cuja resolução por vezes extrapola limites institucionais - por decorrer de políticas públicas insuficientes para garantir acesso à escolaridade e qualidade de ensino-aprendizagem a pessoas com e sem NEE - e, ao mesmo tempo, traz a memória e a visibilidade do que foi possível realizar e o vislumbre de caminhos para a redução cada vez maior das barreiras.

A diversidade de formas pelas quais as ações inclusivas aconteceram - como por exemplo no curso de formação coordenado pelo NAI, nos cursos de formação organizados nos câmpus, ns relatos de experiência e no desenvolvimento de pesquisas - mostra que a inclusão educacional só ocorre na e por meio da coletividade.

AGRADECIMENTOS E APOIOS

À professora doutora Anna Maria Lunardi Padilha e seus convidados colaboradores, professores doutores Régis Henrique dos Reis Silva e Jairo Werner Júnior, pelas formações pedagógicas proporcionadas ao NAI e Napnes do IFG em 2022 e 2023, as quais fomentaram a construção do livro “Educação Especial Inclusiva mediada no IFG: lastros de um sonho possível”, publicado no corrente ano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Documento Orientador. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREITAS, Ana Beatriz Machado; JACAÚNA NETO, Antonio; CARVALHO, José João (Org.). **Educação Especial Inclusiva mediada no IFG: lastros de um sonho possível**. Goiânia: IFG, 2025. Disponível em: <https://editora.ifg.edu.br/editoraifg/catalog/book/agora-educacao-inclusiva>
Acesso em: 10 jun. 2025.

IFG. **Resolução CONSUP/IFG nº 01 de 04 de janeiro de 2018**. Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Goiás. Conselho Superior/IFG, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2030%202017.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

LANNA JÚNIOR. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas pedagógicas na educação especial**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SANTOS, Jéssica Rodrigues; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Regulamentos dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais brasileiros. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 36, e70712, 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-686X2023000100223&lng=pt&nrm=iso. acessos em 31 mar. 2024. Epub 19-Jul-2024. <https://doi.org/10.5902/1984686x70712>.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>